

A religião popular na formação da identidade do brasileiro

MARIO DE SOUZA MARTINS - UNICENTRO

Introdução

A religião popular é um fenômeno presente na cultura brasileira, e é principalmente a Igreja Católica que se impõem socialmente por seu intermédio. Todas as cidades brasileiras possuem um santo protetor e em muitas a população realiza romarias em louvor àqueles que ela considera produtor de milagres. Era exatamente para responder o por que dessa força cultural na sociedade brasileira é que fomos procurar no processo colonizatório a resposta para essa questão.

A religião popular se desenvolve no processo de colonização como elemento mediador entre colonizadores e agentes do Estado português por um lado, e de outro, a população indígena e posteriormente a negra, que é deslocada do continente africano para o americano, como mão de obra escrava. Sem a religião popular, termo nascido somente na década de 60 do século passado para nomear fenômenos que possuem uma certa autonomia em relação aos cultos oficiais, os agentes do estado português encontrariam dificuldades ainda maiores do que aquelas que tiveram, para impor a visão de mundo do colonizador, o que poderia desencadear conseqüências ainda mais trágicas do que já foi a colonização para os indígenas e africanos.

Como mediadora, a religião popular vai possibilitar a penetração mais intensa na consciência do indígena e do negro para que fossem aceitos e incorporados os valores europeus. Mas será também por intermédio da religião popular que as populações indígena e negra irão driblar a dominação e com isso resguardar os seus valores e normas existentes em sua cultura, que estavam sendo destruídas pelos colonizadores, se aproveitando das fissuras existentes no sistema, e fazendo com que elementos culturais de ambas se tornassem parte integrante da cultura brasileira. Pela mistura de elementos

religiosos e o processo de adaptação de diferentes etnias é que a religiosidade no Brasil adquire um perfil próprio.

O processo de colonização criou as condições e o espaço para o crescimento da religião popular, que serviu ao rei de Portugal, assim como a Igreja para que fossem impostos seus interesses políticos. Apesar de a religião estar submetida a política do rei, e ao qual deveriam obedecer, havia uma dependência dos funcionários da Igreja às organizações laicas como as irmandades, os colégios religiosos e a família patriarcal, mas ao mesmo tempo tentam com a Inquisição banir a imoralidade da colônia e os desvios da ortodoxia, tornando-se assim poderosos.

1 – Religiosos e civis praticam a colonização

Os funcionários da Igreja no processo de colonização estavam submetidos não somente a instituição a qual pertenciam, mas também ao Estado, por causa da influência que o rei tinha sobre a religião. Os funcionários da Igreja são os mediadores da religião, mas ao mesmo tempo transmissores da ideologia do Estado português, conta-se também a educação na colônia. Como uma espécie de agradecimento pelo apoio da Igreja na administração do Estado, a Igreja recebe como contrapartida, o direito de Patronato, um imposto pelo uso das terras.

O domínio da coroa sobre a colônia era de tal envergadura, que mesmo a permissão para a construção de prédios religiosos, apesar de ser uma responsabilidade das Ordens religiosas, deveriam ter a autorização do rei, sem a qual a obra ficava impedida, assim como a criação do bispado, considerada essa uma tática do reino português em evitar o crescimento de uma forte hierarquia católica na colônia.

Enquanto nas cidades o clero se dedicava a atividades civis, nas fazendas a realidade não era diferente: nas fazendas exercitam os párocos atividades civis. Entre elas contam-se educação das crianças da família patriarcal assim como a defesa dos interesses dos

fazendeiros. A família do grande proprietário determina que, sobretudo seus santos de devoção, assim como os membros falecidos da família que deveriam ser cultuados.

Como as atividades dos religiosos eram basicamente civis, os fiéis agiam mais por intermédio das tradições religiosas trazidas de sua origem portuguesa ou pelo livre arbítrio. Interesses particulares misturavam-se com originárias formas do catolicismo, e esta com articulações religiosas bizarras.

Enquanto os religiosos assumiam atividades civis, o contrário é também verdadeiro. Daí o surgimento das irmandades, que serviam ao mesmo tempo a três grupos diferentes: a Igreja, ao Estado português e aos fiéis. Para a Igreja, as irmandades contribuíam para a expansão e reprodução da religião na colônia, o que a Igreja com a pequena quantidade de funcionários não poderiam sonhar em alcançar. Para o Estado português, contribuíam as irmandades para a ordem social e o poder do Estado português. Para os fiéis, reproduzem as relações sociais existentes na colônia, servindo ao grupo dominante local à manutenção de uma ordem dentro da sociedade. Ao possibilitarem que os fiéis pudessem expressar sua religiosidade, sob a direção laica e a pouca atenção dos funcionários da Igreja, surge um campo aberto para desenvolvimento dos valores da religiosidade popular, mas será freado pela Inquisição no caso de ultrapassar os limites impostos pela Instituição.

A religião que se desenvolve na colônia estava sob a direção de civis e não se baseava nos sacramentos, mas se construiu levando em conta a sua exterioridade. Essa forma de religiosidade se expressa basicamente por intermédio de grandes festas para o exterior e com muitas festividades. Hoonart¹ atribui essa exterioridade como uma demonstração do catolicismo popular devido a pressão que existia na sociedade por causa da Inquisição. A participação nos cultos exteriores era um aval público de crença na Igreja Católica e por isso uma proteção contra uma eventual acusação de desvio religioso pela Inquisição. O

medo de ser denunciado deixa uma ameaça abstrata se tornar quase real pela presença invisível da Inquisição na colônia.

2 – Os colonizadores tornam os indígenas dóceis

A relação entre a Igreja e o Estado se dá numa permanente troca de favores. A Igreja emitia as bulas solicitadas pelo rei português, entretanto a sua concessão, inclusive a da Inquisição, não significou como parecia a princípio, uma fraqueza da Igreja, mas principalmente um fortalecimento de sua influência social. Se a Inquisição se torna um instrumento do rei para frear a nascente burguesia, ela serve ao mesmo tempo à Igreja Católica para impregnar o social com suas normas e valores, dando unidade ao pensamento dominante na sociedade.

Contraditória era também a política que perseguiram os jesuítas na colônia portuguesa, na medida em que contrariavam os dogmas católicos. Eles comerciavam com grande sucesso econômico, por isso se pode afirmar que estavam integrados na estrutura econômica da sociedade colonial, inclusive envolvidos em atividades como o tráfico de escravos ou sistema de crédito.

Os jesuítas foram chamados pela hierarquia católica para a evangelização colonial e por certo não pensaram que seria uma missão de extrema dificuldade, mas a sua formação os tornava aptos para isso: eles eram educados na extrema obediência ao Papa e ao general da Ordem, o que significava duramente orientado para os objetivos a serem alcançados e os caminhos para se chegar ao que desejavam eram escolhidos dependente das condições encontradas.

A vida dos indígenas nos aldeamentos jesuítas era acompanhada com extrema disciplina militar: recebiam uma educação extremamente rigorosa, deviam ser obedientes, deviam perder todo o contato com a sua comunidade, sua origem e como consequência

sua cultura e identidade pessoal, da mesma forma que os jesuítas ao entrarem no seminário, perdiam a identidade durante a sua formação.

Precisamente essa contradição entre objetivo da missão cristã dos jesuítas e a violação contra os dogmas cristãos, exige uma forte ligação ideológica com a Igreja. Cada um deveria interiorizar a ideologia de sua Ordem e não poderiam vacilar na iniciativa a que se propunham. Os jesuítas deviam crescer junto com a realidade, se unir com as pessoas e dessa maneira propiciar a aceitação de sua mensagem. Se os jesuítas não pudessem concentrar e controlar os indígenas nos aldeamentos, eles levavam a missão até eles, visitando-os periodicamente. Dentro da escala de valores europeus significava que o comportamento dos indígenas para os jesuítas era visto como doença, ao contrário deles que se consideravam saudáveis: eles se esforçavam para conhecer a realidade do outro, para poder diagnosticar onde se encontrava a origem da doença. Se os jesuítas encontravam os sintomas da doença poderiam encontrar a cura. Neste sentido a cura, como foi citado acima, seria adaptar o “diferente” a si mesmo. Eles se concentravam na sua tentativa de evangelizar os indígenas, principalmente os fenômenos que o cristianismo considerava extremamente estranho e especialmente pecaminoso.

Bastide² cita dois critérios que dirigiam a prática social dos jesuítas. Por um lado, aceitavam alguns elementos indígenas, desde que não ferisse nenhum dogma fundamental da Igreja Católica, esses elementos indígenas eram reinterpretados pelos jesuítas dentro das normas cristãs e por outro lado, determinados elementos da cultura indígena eram com firmeza e resistente luta radicalmente destruídas. Eles seguiam a opção de remédio para a cura, a que de modo nenhum viesse se afastar dos valores religiosos cristãos.

Ao não deixarem se submeter aos costumes e valores europeus, os indígenas eram considerados pelos colonizadores agressores e se mantivessem as práticas proibidas pelos europeus, era então considerado uma provocação, daí justificar-se a guerra de

direito. Na opinião dos colonizadores essa guerra era realizada em nome da civilização, enquanto que para os jesuítas tratava-se de uma guerra interior, na medida em que eles tentavam conquistar a alma dos indígenas, com isso deveria ser evitado que eles retornassem aos seus costumes antigos.

A estratégia criada então, pelos jesuítas era através dos filhos dos indígenas penetrar na família indígena. Eles manipulam os costumes das crianças indígenas para que com isso possam influenciar seus familiares com a intenção de lhes transmitir o catolicismo. Freyre³ chama a língua indígena como um meio significativo usado pelos jesuítas para se introduzir no mundo indígena e aceitam o contato com as crianças para que por seu intermédio possam penetrar na sociedade indígena. O resultado foi a conjunção nos cultos católicos de elementos da cultura indígena. Esse desvio do conhecimento puro era para os jesuítas de pequeno significado em termos teológicos, pois eles tinham a evangelização como a prioridade maior. Eles tinham objetivos mais profundos com relação aos indígenas, não pretendiam somente trazê-los para o catolicismo, mas mudar sua cultura, transformar seus hábitos.

Mesmo com todo o controle dos jesuítas não foi possível impedir que os indígenas fizessem uso do catolicismo através do permanente inclusão de elementos de sua religião natural e da adaptação exterior às regras obrigatórias dos conquistadores, praticavam a religião de forma diferente daquela a que estavam acostumados os portugueses. Apesar de toda a repressão que os indígenas sofriam, eles puderam impor diversas expressões culturais na sociedade brasileira seja na língua, na alimentação ou na religiosidade, deixando plantada uma semente indígena nos costumes e tradições da população brasileira, criando a identidade brasileira.

Os jesuítas concluíram que os indígenas tinham limites para a compreensão da religião católica, por isso facilitavam a doutrina católica e seu ensinamento, para que conseguissem se tornar entendidos. Eles praticavam com os indígenas métodos especiais

de comunicação. Tornaram a catequese de forma poética, musical, dramática e coreográfica. Como Leite⁴ afirma, tentam os jesuítas contribuir para que, dessa forma, os indígenas fossem inseridos nas práticas culturais religiosas portuguesas, por exemplo, adoração através da dança, teatro, romarias, jogos e santos protetores.

Siqueira⁵ descreve como os jesuítas na tentativa de conseguir trazer os indígenas para a religião católica usavam elementos pagãos, como instrumentos musicais indígenas e ritmos. Nas músicas indígenas adaptam com textos religiosos e desta forma passam os indígenas a aceitar as práticas católicas e os costumes portugueses. Ao contrário da linha determinada pelo catolicismo, que a missa no tempo deveria ser falada em língua latina, ela era celebrada para os indígenas nos aldeamentos na língua tupi.

Isso mostra que os indígenas mesmo sendo submetidos aos europeus durante o processo de colonização eles puderam manter na cultura brasileira diversos símbolos de sua cultura e com isso uma parte da prática social indígena. Tendo sido inclusive motivo de discussões entre os jesuítas e o bispo brasileiro, que supunha que essas misturas de religiosidades poderiam contribuir para que as verdadeiras expressões da religiosidade católica se perdessem. Em função dessa mistura entre a religião dos colonizadores e a cultura dos habitantes encontrados pelos europeus no Brasil, é que se desenvolve no Brasil uma forma autônoma de expressão religiosa.

V – Os africanos misturam as expressões religiosas

A mediação dos sacramentos era o único contato entre escravo e clero. Os proprietários de terra tinham a obrigação de evangelizar os africanos escravos pagãos: aprender a rezar, ser batizado, participar das missas e receber sacramentos. Na verdade, os grandes proprietários não tinham interesse na evangelização dos escravos, pois segundo Hoonart⁶, para os grandes proprietários a evangelização poderia trazer aos escravos a consciência de sua própria situação e com isso passarem a lutar pela sua liberdade.

O senhor de engenho permitia na maioria das vezes a prática da religião africana nas fazendas, mas somente era permitida no local onde viviam, ou seja, nas chamadas sensalas. Para os grandes proprietários, a prática de cultos africanos era um ágil instrumento de socialização dos africanos, assim eles podiam suportar melhor sua condição como escravo. Apesar de os escravos praticarem os ritos africanos, eles tentavam de todas as formas esconder suas manifestações religiosas. Se bem que elas permaneciam vivas em sua consciência, não só pela memória, mas também por elas serem permanentemente renovadas com a chegada de navios com novos grupos de escravos africanos, que traziam consigo os valores africanos. A socialização dos africanos no Brasil tem desde o início do processo de colonização a religião popular, ou melhor, sincretismo como base, influenciando a prática da religião católica assim como sendo influenciada por esta. O desenvolvimento da religião popular no espaço “dominado” pelo africano junto com a opressão da religião dos colonizadores gerou manifestações como a umbanda, que se compõe de elementos das duas religiões, elementos católicos quanto africanos se cruzam.

Daí se pode verificar o papel político da religião popular no Brasil colonial, se tornando mesmo um elemento fundamental do processo de formação da sociedade brasileira, contribuindo para a reprodução do poder dominante, tornando então a sua presença até os dias de hoje marcante na consciência social, o que lhe deu o status de componente integrante da identidade do brasileiro.

¹ HOONAERT, E. et. al. História da Igreja no Brasil: primeira época. 3. ed., Petrópolis/RJ: Vozes/Paulinas, 1983.

² BASTIDE, R. As religiões africanas no Brasil. Bd. I/II. São Paulo: Ed. Nacional, 1971.

³ FREYRE, G. Casa-Grande e sensala. 21. ed., Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1981.

⁴ LEITE, S. História da Companhia de Jesus no Brasil. Bd. I/X, Lisboa /Rio de Janeiro: 1938/1950.

⁵ SIQUEIRA, S. A. A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial. São Paulo: Ática, 1978.

⁶ HOONAERT, E. et. al. História da Igreja no Brasil: primeira época. 3. ed., Petrópolis/RJ: Vozes/Paulinas, 1983.